



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 03 2010	10h35min	7ª SESSÃO EXTRAODINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 7ª
(SÉTIMA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
DE 29 DE MARÇO DE 2010.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Está aberta a sessão extraordinária.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Milton Barbosa a secretariar os trabalhos da Mesa.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 03 2010	10h35min	7ª SESSÃO EXTRAODINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Estão presentes 14 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental.

Solicito aos Parlamentares que se encontram na Casa, nos gabinetes, nas dependências, que compareçam ao plenário.

Item nº 01:

Discussão e votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 40, de 2010, de autoria de vários Deputados, que “altera os arts. 93, 94 e 103 da Lei Orgânica do Distrito Federal”.

Em discussão a matéria em segundo turno.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Para discutir. Sem revisão do orador) – Presidente, eu gostaria de relembrar aqui que, por ocasião da votação em primeiro turno, eu tinha levantado uma questão sobre o problema da linha sucessória, que poderia chegar até o Tribunal de Justiça do Distrito Federal, o qual pela natureza jurídica e pela estrutura que o compõe, parece-me na verdade pertencer à Justiça Federal.

Mas antes de iniciarmos a discussão aqui, pela informação de V.Exa. e do Deputado Milton Barbosa, o entendimento do Tribunal Regional Eleitoral, e parece-me também de dois desembargadores que foram também consultados, é de que não haveria nenhum óbice, ao contrário, seria necessário que a linha sucessória aqui no Distrito Federal repetisse a linha sucessória de outros estados, de outras unidades da Federação. Então, essa questão ficaria superada e eu, quando a levantei, apenas o fiz por um cuidado, para que não cometêssemos um erro, que mais tarde fizesse o ato ser invalidado pelo próprio Poder Judiciário.

Outra questão que eu gostaria de levantar é: tendo em vista já termos uma Comissão Especial para analisar emendas à Lei Orgânica, que essa Comissão Especial pudesse, dentro do possível, agilizar mais ainda os trabalhos, porque nós só levantamos essa questão neste momento pela crise que se instalou no Distrito Federal, e nós não podemos ficar à mercê do surgimento de novas crises sem ter a previsão legal.

Então, sugiro a V.Exa., se entender necessário, que peça à Comissão Especial que dê uma certa prioridade à análise da Lei Orgânica e faça as propostas de alteração para que não tenhamos mais tarde, se surgirem outros problemas, de agir parecendo que casuisticamente.

Esta é a proposta que deixo registrada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Esta Presidência defere a questão de ordem de V.Exa. para que a Comissão Especial que analisa as Propostas de Emenda à Lei Orgânica, cujo Presidente é Deputado Raad Massouh, possa se



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 03 2010	10h35min	7ª SESSÃO EXTRAODINÁRIA	3

reunir em sequência para avaliar toda a reformulação da Lei Orgânica, caso haja necessidade.

DEPUTADO CHICO LEITE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero falar sobre o que mencionou o Deputado Raimundo Ribeiro.

Na reunião que fizemos na Comissão Especial, da qual o Deputado Raimundo Ribeiro faz parte e estava presente, nós conjugamos, uma série de Parlamentares, inclusive alguns que não compunham a reunião... Lembro-me de que o Deputado Milton Barbosa fez uma observação importante de que havia feito essa proposta aqui na Casa assim que chegou, em 2003. Nós propusemos ao Deputado Raad que se reunissem todas essas medidas para que a própria Comissão passasse a estudar, naquele momento, a adequação da Lei Orgânica à Constituição na nossa última reunião da Comissão Especial. Não sei se os companheiros se lembram, mas o Deputado Milton Barbosa, o Deputado Raimundo Ribeiro e a Deputada Eurides Brito também estavam presentes. O Deputado Raad Massouh comprometeu-se, então, a fazer essa convocação.

Era o que eu tinha a dizer.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Chico Leite. Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje nós estamos aprovando pela manhã a Proposta de Emenda à Lei Orgânica, que vai modificar os artigos 93, 94 e 103 da mesma Lei para acabar, de uma vez por todas, com essa dicotomia entre o que determina a Lei Orgânica do Distrito Federal e a Constituição brasileira.

Entendo que a aprovação na manhã de hoje se faz necessária para que não venhamos a cometer nenhum deslize, nenhum erro diante da própria necessidade de este Poder encaminhar soluções corretas para essa profunda crise que atinge o Distrito Federal.

Esse passo que estamos dando hoje pode significar um posicionamento correto deste Poder. O que me preocupa, Deputado Cabo Patrício e Deputada Eliana Pedrosa, é que na semana passada, durante a Comissão Geral que teve como objetivo discutir a lei complementar que irá estabelecer regras para a eleição indireta, ocorreu uma polêmica com relação ao ato baixado pela Mesa.

Eu, particularmente, depois de muitas idas e vindas, percebi que não havia ali nenhuma divergência profunda quanto ao mérito do ato. Uma ou outra pequena coisa, mas no geral, há muito mais convergências do que divergências.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 03 2010	10h35min	7ª SESSÃO EXTRAODINÁRIA	4

Portanto, reafirmo meu posicionamento de que a aprovação da Emenda à Lei Orgânica, o ato da Mesa que foi publicado na semana passada, a própria aprovação do projeto de lei complementar que deverá ocorrer amanhã, mais tardar na próxima quarta-feira, tudo isso se soma, todas as medidas se somam no sentido de encontrarmos uma saída para as necessidades que esse Poder tem. Nos próximos dias, por exemplo, este Poder terá de se reunir para decidir o seu futuro. Nós vamos para uma eleição indireta, que, provavelmente, ocorrerá no dia 17 de abril. Nesta eleição, vamos escolher o novo Governador e o novo Vice-Governador do Distrito Federal para um período muito curto, mas extremamente complexo, Deputado Chico Leite. Complexo por quê?

Porque o Distrito Federal não saiu dessa crise. Essa crise parece que não tem fim. Todos os dias aparece um fato novo. Este ano haverá eleições gerais, nas quais, no Distrito Federal, pretendemos, se não ocorrer a intervenção, eleger uma nova Câmara Legislativa, um conjunto de Parlamentares, um novo Governador, um novo Vice-Governador e, no âmbito federal, deputados federais, senadores e um Presidente da República. Portanto, esse Governador e esse Vice-Governador, mais do que utilizar a máquina pública em benefício do seu projeto individual ou de seu partido político, têm a responsabilidade de coordenar e governar esta cidade neste período tão complexo.

Então, a aprovação do Projeto de Emenda à Lei Orgânica, do ato da Mesa e da Lei Complementar que será apreciada amanhã são partes burocráticas desse processo; partes importantes, mas partes burocráticas. Falta a parte política, que é o fechamento, no dia 17 de abril, com a nova eleição do Governador e do Vice-Governador.

Quero fazer, mais uma vez, em nome da bancada do PT, um chamado a todos os partidos, a todos os Parlamentares para que possamos encontrar nomes que sejam capazes de aglutinar todos os setores numa aliança por Brasília.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores, eu tenho ultimamente me debruçado sobre todo o ineditismo por que temos passado, seja do ponto de vista da crise – sempre gosto de lembrar que crise, vindo do grego, significa ver claro; é o momento de nos reerguermos com muito mais força –, seja do ponto de vista de uma eleição indireta.

Em preliminar, sempre me coloquei contrário a essa norma constitucional. Entendo que eleição, a qualquer tempo, tinha de ser direta. À ocasião do debate da reforma política, houve no Congresso Nacional quem propusesse a modificação da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 03 2010	10h35min	7ª SESSÃO EXTRAODINÁRIA	5

norma na Carta Maior, e lá não se logrou êxito. A população brasileira, a nossa sociedade quer a normalidade institucional e, a par dela, deseja eleições sempre diretas, como manda o Estado Democrático de Direito e seus princípios.

Mas, como a norma constitucional não diz assim, precisamos fazer o debate do momento político e da eleição que se avizinha. Em primeiro lugar, as normas são as que aí estão: as da Constituição e as da Lei de Inelegibilidade, com todas as condições próprias, que não são novidade para quem já enfrentou eleição ou para aqueles que, interessados pelo assunto, pesquisem. Então, do ponto de vista legal e formal, a questão está nitidamente colocada.

Ainda como parte dessa questão, eu compreendi a boa vontade da Mesa ao fazer o ato semana passada. Indagado pela imprensa, eu me posicionei, fazendo uma avaliação em termos genéricos, no sentido de que, evidentemente, um ato de estatura menor na hierarquia do ordenamento jurídico não pode se contrapor a outro de hierarquia maior. Isso é evidente e todos sabem disso.

Entendi a boa intenção da Mesa Diretora em procurar regulamentar todo o processo, de maneira que não fiquemos vivendo ao sinal de circunstâncias. Eu quero parabenizar, portanto, a Mesa Diretora, pela boa vontade, e quero dizer que nada é em vão. “Tudo vale a pena” – dizia Fernando Pessoa, nosso poeta – “se a alma não é pequena”. Nada impede que, após a promulgação da emenda, os atos sejam revalidados na conformidade da emenda. Então, o velho princípio francês *pas de nullité sans grief*. Não haverá nulidade porque não há prejuízo, ao contrário, há enriquecimento. Isso é importante.

Do ponto de vista das candidaturas, o Deputado Paulo Tadeu tem toda a razão. Nós temos discutido no PT isso. É necessário entender que este é o momento de uma gestão de saneamento. Não é o momento de se fazer embates políticos menores, alianças para as eleições de outubro ou trabalhos sob interesses individuais ou meramente solitários. O momento é de pensar na cidade, na sociedade e, fundamentalmente, no futuro. Se não aproveitarmos este momento, tudo isso poderá se repetir porque vem da origem. Precisamos aproveitar este momento para um grande aprendizado. Este momento tem natureza pedagógica, seja para que façamos refletir sobre aquilo que desejamos para a cidade, seja para que não deixemos acontecer os mesmos erros.

Admiro o Deputado Aguinaldo de Jesus, que já apresentou sua candidatura, baseada no trabalho que tem operado no campo do esporte e, aqui na Casa Legislativa, como construtor do diálogo. Admiro o Governador interino do Distrito Federal Deputado Wilson Lima, pelo trabalho que sempre fez de construção interna e de diálogo. Mas, permitam-me dizer com muita sinceridade, penso que esta eleição, gerenciada por esta Casa Legislativa, não poderia e não deveria ter Deputados candidatos. É um pensamento meu que tenho apresentado à bancada do partido e que tem sido acolhido pelos colegas. É uma compreensão minha não de exceção ou



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 03 2010	10h35min	7ª SESSÃO EXTRAODINÁRIA	6

de exclusão, em hipótese alguma! A Casa gerencia o processo e vota, mas não tem candidato, para que ninguém diga que é legislação em causa própria. É um pensamento que eu precisava declinar aqui hoje.

Como é gestão de saneamento, digo que é importante que tenhamos a altivez, a estatura de compreensão de que esse candidato ou essa candidata a governador ou governadora e a vice-governador ou vice-governadora do Distrito Federal devem estar acima dos embates partidários menores. O que chamo de embates partidários menores? Aquelas pretensões que vão ao encontro de outubro. Só vamos construir outubro se tivermos amadurecimento para fazer uma gestão de saneamento e de preparo para o próximo governo. Se, a partir de hoje, já olharmos as candidaturas como possíveis alianças para esse ou aquele candidato de outubro, teremos feito aquilo que a população não deseja de nós. A população quer uma administração de resgate, correção e saneamento. E é por essa população que temos responsabilidade.

Tive muita admiração por candidaturas, por exemplo, como a do sindicalista Cícero Rola, com a altivez, a coragem e a ousadia de quem passou a vida inteira em defesa dos trabalhadores e da cidade. Achei importante a aparição de nomes da linha jurídica muito fundamentais e sem nenhuma ligação partidária. Foram nomes citados pelos mais diversos colegas e pelas mais diversas colegas. Acho fundamental que possamos tomar a decisão de que os partidos e as coligações se reúnam e fundamentem-se pensando na cidade.

Nós desta Casa Legislativa temos mais uma oportunidade de mostrar ao Brasil, ao Governo Federal e à sociedade que, em momentos como este e em outros, estamos dispostos a deixar os nossos interesses de lado, absolutamente de lado, para abraçar os interesses da sociedade e da nossa cidade.

Sr. Presidente, era isso o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado pela paciência.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputado Chico Leite, obrigado pela intervenção.

DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS (PRB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só solicito o uso da palavra porque o Deputado Chico Leite, por quem tenho muito carinho, citou o meu nome. S.Exa. mencionou que eu apresentei o meu nome à candidatura do GDF. Não apresentei o meu nome para nada. Sou candidato à reeleição como deputado distrital, se o meu partido permitir.

Por outro lado, vejo que há Deputados honrados aqui, há pessoas sérias. Se não serve para ser governador, vice-governador, não serve para ser senador,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 03 2010	10h35min	7ª SESSÃO EXTRAODINÁRIA	7

deputado federal, não pode voltar a ser deputado distrital. Não pode ser nada. Eu acho que é dar um cheque em branco para a sociedade de que ninguém aqui presta. Eu vejo dessa forma. Acho que temos de tirar, sim, pessoas aqui do nosso meio que possam representar o Distrito Federal até o final do ano, se assim for necessário, para dar uma resposta à sociedade, porque realmente é isso o que o povo quer. Mas eu não coloquei meu nome absolutamente para nada. A única coisa que sou, conforme determinação do meu partido, é candidato à reeleição para deputado distrital.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Aguinaldo de Jesus.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Parlamento é próprio para isso, para respeitarmos a opinião dos outros, mas vou discordar radicalmente do Deputado Chico Leite na parte em que S.Exa. diz que a Câmara Legislativa deva abdicar de apresentar candidato. Por quê? Não. Gesto maior por quê? Não. Aqui há pessoas honradas como V.Exa., como outros.

Então, não há por que, no meio de uma crise... Temos de aproveitar e restaurar o prestígio da Câmara Legislativa, e um dos momentos sublimes é este. É apresentar um candidato e este candidato, uma vez eleito, iniciar um processo de resgate de tudo que foi afetado.

Agora, a Câmara Legislativa deixar de apresentar um nome é capitular. Vamos apelar do poder quem já está lá, que é um deputado distrital, que está trabalhando. Não se conhece nenhum ato que o desonre e também não se tem conhecimento de que S.Exa. tenha praticado nenhum ato que tenha desonrado a administração do Distrito Federal.

Então, temos de pensar num todo, inclusive com os daqui. Não sou candidato absolutamente a nada. Vou lembrar também do escritor Fernando Pessoa, Deputado Chico Leite, para dizer que “não sou nada, não quero ser nada, nunca vou ser nada”. À parte, dizia ele e eu repito aqui: “Tenho todos os sonhos do mundo”.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Milton Barbosa.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, entendemos que o ato da Mesa Diretora sofre limites, os limites impostos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 03 2010	10h35min	7ª SESSÃO EXTRAODINÁRIA	8

pela própria legislação e que o ato deveria ater-se, de certa forma, ao que já está previsto na legislação.

Acho que esta Casa tem de fazer uma discussão, porque devemos apreciar, provavelmente no dia de amanhã, enfim, o projeto de lei que assegura que haja a ficha limpa para todas as eleições que estejam sob o poder desta Câmara Legislativa. Mas, creio que, neste momento, a Câmara Legislativa, ao aprovar em segundo turno a emenda à Lei Orgânica, dá um passo importante para que não tenhamos qualquer discrepância com a legislação, com a Constituição, enfim, para que possamos nos adequar e descobrir ou implementar as melhores formas para sairmos dessa crise. Mas isso faz com que a Câmara Legislativa tenha uma responsabilidade imensa, uma responsabilidade imensa.

Esta Câmara Legislativa, num primeiro momento, durante as denúncias, ou logo que surgiram as denúncias conhecidas como Caixa de Pandora, relutou muito em proceder a uma investigação aprofundada acerca do crime de responsabilidade imputado ou que estava sendo imputado ao Governador do Distrito Federal. Isso fez com que fossem tomadas algumas medidas. Uma delas foi a solicitação de intervenção. A solicitação de intervenção, aliada à prisão do próprio Governador, que se deram simultaneamente, mergulharam esta Casa num choque de realidade, de que não cabia à Câmara Legislativa a exclusividade de fazer a restauração ética do Distrito Federal, acometido por um dos mais profundos e mais capilares esquema de corrupção de que se tem notícia.

Ao perceber que o estado de direito se expressaria através de outros órgãos, se esta Câmara Legislativa não cumprisse a sua função, os processos começaram a ganhar a velocidade exigida pela sociedade. Portanto, quando nós temos a responsabilidade, neste momento, de eleger o Governador que irá dirigir Brasília até o final deste ano, temos de ter a exata noção de que a postura desta Câmara Legislativa estará sendo observada.

É preciso que lembremos que o estado de direito adquiriu uma maturidade neste País que faz com que ele se expresse através de outras instituições. Nós ainda corremos o risco de uma intervenção federal. E se esta Câmara Legislativa, no processo de eleição do próximo Governador, estiver com uma postura contaminada pela intenção de influenciar as eleições de outubro ou sem disposição de eleger alguém que possa estar absolutamente apartado do ventre que originou tantos escândalos no Distrito Federal... deve haver a capacidade de sanear esta cidade e devolver esta cidade ao povo de Brasília. Esta cidade foi sequestrada do povo de Brasília! Um povo marcado pela coragem, porque a criação desta cidade é marcada pela coragem. Nós vamos fazer 50 anos, Brasília!

Faz 50 anos que brasileiros e brasileiras, do Brasil inteiro, vieram para cá transformar o barro vermelho num projeto de desenvolvimento nacional, transformar o barro vermelho na Capital dita da esperança. E essa eleição indireta tem de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 03 2010	10h35min	7ª SESSÃO EXTRAODINÁRIA	9

apontar para a perspectiva de termos um governo que saneie o Distrito Federal com a profundidade que a gravidade das denúncias nos imputam. Além disso, que tenhamos a capacidade de ser isentos e que qualquer parlamentar desta Casa não tenha seu voto dirigido, guiado, pela intenção de aproveitar o Governador até o final do ano para influenciar as eleições de outubro.

As eleições de outubro não podem ser uma variável importante para que se eleja o Governador que conduzirá a máquina pública machucada e maculada aqui no Distrito Federal durante este pleito.

Por isso, Sr. Presidente, concordo com o que aqui foi dito pelo Deputado Chico Leite, do meu partido, esta Casa teria de dar uma demonstração de desprendimento e eleger alguém que não esteja sob suspeição, ainda que por ilação, de qualquer tipo de favorecimento a qualquer candidato durante as eleições de outubro. Esse é o entendimento do PT! Esse é o entendimento do PT! O PT não está sendo movido, nessas eleições indiretas, para que tenhamos alguém que nos ajude ou que facilite o processo eleitoral em outubro ou alguém que não tenha a estatura, a história, o desprendimento e o descolamento para poder fazer o saneamento necessário à máquina pública.

Vamos ver, portanto, Sr. Presidente, a postura desta Câmara Legislativa. Ela será decisiva para que possamos mostrar que as instituições do Distrito Federal, abaladas com o escândalo conhecido como Caixa de Pandora, têm condições objetivas de sanear o Distrito Federal, de devolver o Distrito Federal ao seu próprio povo, de devolver ao povo a máquina pública e desgarrá-la da visão patrimonialista das capitânias hereditárias pós-modernas das quais ela foi vítima.

Por isso, nós estamos defendendo que o candidato ou a candidata não saia desta Câmara Legislativa, para que não pare qualquer tipo de dúvida de que haverá relações políticas que podem influenciar as eleições de outubro.

Era isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Erika Kokay.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Jaqueline Roriz.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PMN. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa e galeria. Eu não acredito que esta discussão tenha coloração partidária. Esta discussão é muito mais abrangente do que a caracterização que o PT, o fulano ou o sicrano deixam de ter. Esta é uma discussão pertinente desta Casa e, como disse o Deputado Chico Leite, é parte de visões pessoais. Concorde que o candidato não deva sair desta Casa, não porque não tenhamos pessoas com capacidade ou não tenhamos pessoas que não consigam agregar. A minha discussão é que, se não escolhermos uma pessoa de dentro desta



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 03 2010	10h35min	7ª SESSÃO EXTRAODINÁRIA	10

Casa, teremos mais isenção e poderemos colocar alguém que realmente corresponda ao que a população do Distrito Federal espera desta Casa. Não acredito, como eu disse, que não tenhamos alguém com capacidade, Deputado Milton Barbosa. Temos, sim. Mas o momento sugere que estejamos acima dessa questão, que diz respeito a um nome que saia desta Casa.

Com a objetividade que me é peculiar, acredito que, nesse voto indireto, o nome não deve sair desta Casa, mas, sim, do meio jurídico - de um Tribunal de Contas, de um Tribunal de Justiça. Que esse nome saia do mundo jurídico, para dar mais isenção ao projeto eleitoral de 2010 que se aproxima desta cidade. A única forma de nós afastarmos o fantasma da intervenção é escolher alguém que esteja totalmente isento no processo eleitoral de 2010.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigada, Deputada Jaqueline Roriz.

Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Para discutir. Sem revisão da oradora.)
– Obrigada, Sr. Presidente.

Bom-dia ao pessoal da galeria, à imprensa e aos meus colegas presentes. Eu não tenho a mesma eloquência do Deputado Chico Leite e da Deputada Erika Kokay. Quero ser muito breve. Vou só fazer um contraponto. Eu tenho escutado muito sobre essa questão do Distrito Federal, a ênfase que é dada – e corretamente. Estou plenamente de acordo que temos de fazer todas essas apurações. Uma pergunta que fica lá dentro, lá dentro do meu coração, é a seguinte: por que essa mesma ênfase não é dada para se apurar o mensalão do PT? Por que essas vozes se calam? Qual é o princípio da justiça que estamos discutindo aqui? É aquilo que não queremos de errado ou é aquilo que não queremos de errado para os outros? É isso que eu pergunto. Eu acho que o Brasil tem de ser passado a limpo, mas deve ser passado a limpo de norte a sul, de leste a oeste. Há erros? Temos de apurá-los. É muito triste a população brasileira saber que há representantes que não correspondem às suas expectativas, que não dão o exemplo. E eu acho que isso está certo, realmente. Agora, por que não o PT? Por que o PT está acima do bem e do mal? Por que o PT ou o Presidente podem fazer campanha antecipada para a Ministra Dilma? E me surpreende uma multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)! Se alguém coloca um adesivo num carro, no Distrito Federal, fazendo propaganda de algum deputado distrital, o responsável tem de pagar uma multa de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)! Onde está a igualdade? Onde está a justiça social? Temos de parar de fazer discurso hipócrita. Ou vale para tudo, ou não vale para nada. É isso que eu penso. Deus não mandou essa crise toda para uma capital para ficarmos brincando de fazer política.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 03 2010	10h35min	7ª SESSÃO EXTRAODINÁRIA	11

Acho que temos de fazer o que é certo, mas brincar de fazer política só com os outros não vale!

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Eliana Pedrosa.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro, último inscrito para discutir. Em seguida, iniciaremos a votação.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sei que a sessão tem por objetivo discutirmos a PELO, mas é claro que isso traz como consequência a discussão da eleição. Antes mesmo de discutirmos nomes, temos de estabelecer princípios. Entendo que nenhum cidadão pode ser excluído do processo. Entendo também que não é recomendável, pela situação que hoje enfrentamos, que o Governador do Distrito Federal para o mandato tampão, de 7 ou 8 meses, deva ter preocupação de natureza eleitoral. Por quê? Porque já é difícil governar. Governar numa crise é mais difícil ainda. E se alguém for candidato a um cargo eletivo – no caso específico só poderá ser para Governador –, realmente a possibilidade de uma influência de natureza eleitoral - nesse caso, perniciosa - será muito grande. Então, acho que esse é o primeiro princípio que pode ser estabelecido. Mas não podemos, de antemão, impedir que o candidato que se julgue em condições de oferecer o seu trabalho venha a ser impedido de fazê-lo, até porque estaríamos cometendo uma ilegalidade, mesmo que com toda boa vontade.

Quero também tecer um comentário: não coloco, em nenhum momento, esta Casa sob suspeição, porque, se eu o fizesse, Deputado Cabo Patrício, não poderíamos inclusive votar para a escolha do futuro Governador. Acho que é uma questão de incoerência: se você impedir que algum Deputado venha a ser candidato, você estará, na verdade, contrariando o fato de ele mesmo poder votar! Então, acredito que não é recomendável, mas não temos como, legalmente, impedi-lo de ser candidato. Mas fazemos um apelo aos nossos colegas - pois a maioria estará em campanha para deputado distrital, deputado federal, senador ou até governador -: neste momento, não coloque o seu nome por uma razão muito simples, pois 24 horas por dia será pouco para administrar esta crise até o dia 31 de dezembro de 2010.

Finalmente, eu quero também falar sobre a questão da intervenção. Tenho sempre me expressado nesse sentido. Eu acho que a intervenção é um risco pela situação em si. Existe, efetivamente, até porque, no meu modo de entender, mesmo respeitando as manifestações do Procurador-Geral da República, entendo que S.Exa. foi precipitado ao fazer um pedido ao Supremo Tribunal Federal. Nós não podemos – aí, não visto a carapuça – trabalhar ainda mais por haver o risco de intervenção!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 03 2010	10h35min	7ª SESSÃO EXTRAODINÁRIA	12

Temos de trabalhar porque esse é um dever! Não temos de trabalhar porque há risco de intervenção! Temos de ter cuidado nas nossas decisões, porque esse é um dever nosso, e, não, porque há risco de intervenção!

Toda vez que surge um nome, alguém acha um defeito. Olha, vou dar uma péssima notícia: todo mundo tem defeito! Todo mundo o tem! É hora de fazermos uma discussão realmente séria. Proponho, Deputado Cabo Patrício, que possamos nos reunir para encontrarmos - pelo menos fazer a tentativa de encontrar – um nome diante dos vários nomes que temos aí e estão sendo citados. Por exemplo, neste momento, temos o nome do ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa; do Sr. Reginaldo de Castro e do Sr. Lindberg Aziz Cury, que hoje se encontra presente e abrilhanta esta sessão. Enfim, existem vários nomes que podem contribuir. Os Deputados Distritais certamente nem terão tempo para causar algum tipo de perturbação - se esse é o receio -, porque todos estarão em campanha!

Então, a minha proposta, Deputado Cabo Patrício, é que possamos, ainda esta semana - que é curta em razão do feriado -, fazer uma discussão com os 24 Deputados. Acho importante que consigamos indicar um nome de consenso e que não tenhamos enfrentamento, porque o enfrentamento deixa sequelas. Como o mandato é um mandato tampão, por sete ou oito meses, evitaremos sequelas, que levam no mínimo dois meses para serem superadas.

Então, fica aqui esta proposta de encontrarmos um candidato, recomendando que ele não tenha projeto eleitoral para as eleições de outubro de 2010.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Continua em discussão.
(Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, antes de chamar à votação, quero esclarecer a todos os servidores da Receita, do Ministério Público, da Defensoria Pública, que temos aqui uma quantidade de projetos para serem apreciados os quais os assessores e técnicos das Lideranças dos Partidos passaram o final de semana analisando. São mais de vinte categorias, além de outros projetos que temos para serem avaliados na terça e na quarta-feira – esta semana é muito curta, devido ao feriado. Hoje, infelizmente, não serão colocados em pauta para votação, mas amanhã, já nos comprometemos, é um consenso dos Parlamentares, a votar em primeiro e segundo turnos, para encaminhar à sanção do Governador.

Aliás, S.Exa. já ligou pela manhã, enquanto estávamos nesta sessão, e assim que chegarem, o Governador irá sancioná-los. E nós iremos tratar do assunto com a maior celeridade possível, para que nenhum servidor público seja prejudicado.

Portanto, amanhã votaremos em primeiro e segundo turnos os projetos referentes a reajustes dos servidores. Convoco todos os Líderes para uma reunião do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 03 2010	10h35min	7ª SESSÃO EXTRAODINÁRIA	13

Colégio de Líderes, ao término desta sessão, para dirimirmos todas as dúvidas, a fim de que possamos votar amanhã os projetos dos servidores.

Agradeço a presença de todos vocês. A galeria e o auditório estão abertos para vocês amanhã, quando colocaremos em votação os projetos em primeiro e segundo turnos.

DEPUTADA ERIKA KOKAI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a título de informação, a Comissão de Assuntos Sociais se reuniu na quinta-feira e escutou algumas demandas de alguns grupos de servidores. Precisamos escutar outras demandas que chegam hoje.

Houve uma reunião com o Governador, com a Secretária de Planejamento e com o Secretário de Fazenda, na quinta-feira à tarde, que ajustou uma série de pleitos das categorias. Alguns pleitos dos técnicos fazendários, do SAMUR, dos técnicos penitenciários, e também da carreira de gestão urbana foram contemplados total ou parcialmente.

Portanto, para que não haja emendas ao projeto, inclusive, emendas que possam carregar um vício de iniciativa, porque os Parlamentares não têm iniciativa para estabelecerem reajustes de servidores, nós precisamos que este projeto seja retirado e o projeto que foi fruto da negociação com as categorias venha para esta Casa.

Nós estaremos, no dia de hoje, tão logo termine esta sessão, conversando, os Deputados da Casa, com os servidores do SLU, tentando agendar uma reunião ainda hoje com o Governo do Distrito Federal, para que, quando o projeto chegar a Casa, já chegue contemplando também a reivindicação. Iremos fazer um esforço nesse sentido. Obviamente isso não depende de nós, será fruto de uma negociação.

Então, o projeto que foi fruto da negociação da quinta-feira passada, com os avanços estabelecidos, ele ainda não chegou a esta Casa até o presente momento. E nós precisamos que ele chegue, vindo do Executivo, para que possamos proceder a uma votação sem qualquer tipo de emenda, porque é possível construir um projeto sem emendas e com celeridade.

Só quero reafirmar que este projeto dos servidores tem de estar publicado na quarta-feira. Não é votado; é publicado na quarta-feira, do contrário, os servidores não terão como receber o reajuste de salário este ano.

Portanto, há o compromisso de todos os Deputados de votarmos amanhã, em primeiro e segundo turnos, como aqui já foi falado pelo Presidente, Deputado Cabo Patrício.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 03 2010	10h35min	7ª SESSÃO EXTRAODINÁRIA	14

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero aqui reforçar as palavras da Deputada Erika Kokay, já que V.Exa. concedeu um pequeno espaço antes da votação do segundo turno da Proposta de Emenda à Lei Orgânica. Quero concordar com a Deputada Erika Kokay no que diz respeito a ouvirmos as reclamações e também as reivindicações das mais diversas categorias.

Muitos aqui achavam que o projeto estava muito redondo e certinho. No entanto, estamos sendo procurados porque, em alguns casos, por incrível que pareça, conseguiram apresentar uma metodologia de tabela que traz prejuízo para algumas categorias. Então, é importante que, se não conseguirmos pelos menos avançar nas reivindicações, que não aprovemos nada a toque de caixa, deixando que uma ou outra categoria saia prejudicada. Vamos ter que corrigir isso.

Como disse o próprio Governador naquele dia, pode ser que o projeto contenha erros. O Governador mesmo nos disse isso. Portanto, temos que fazer as correções necessárias para sanar qualquer possível erro. Não vamos aprovar projeto que traga prejuízo; porém, o que traga benefício, que avance nas reivindicações dos servidores, para este haverá nossa total concordância.

Por isso, como Líder de bancada, quero dizer a todas as categorias que queiram fazer observações, dentro daqueles limites, dentro daquelas discussões que foram travadas até mesmo pelo próprio Governador em exercício, que estamos à disposição. Agora, não dá para aprovarmos um projeto e, depois, uma ou outra categoria vir reclamar, dizendo que houve um problema aqui e acolá.

Era essa a questão.

É importante que ajamos com muita cautela, com muito cuidado.

Concordo com V.Exa. Amanhã poderemos aprovar o projeto em primeiro e segundo turnos e encaminhá-lo para publicação e sanção do Governador, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputado Paulo Tadeu, acato a solicitação de V.Exa. Os servidores e as comissões de sindicatos devem procurar as lideranças partidárias para tirar qualquer dúvida quanto ao encaminhamento das propostas de reajustes.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero apenas mencionar que na última sexta-feira estive com o Governador em exercício, Deputado Wilson Lima, e levei a S.Exa. essa questão da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 03 2010	10h35min	7ª SESSÃO EXTRAODINÁRIA	15

reivindicação da categoria dos servidores do SLU. A Secretária de Gestão, Josélia, já estava analisando e hoje passaria por lá para ver o que é possível fazer por essa categoria. Portanto, esse assunto já estava encaminhado desde sexta-feira.

Faço também aqui uma ponderação que fiz ao Governador em exercício com relação aos cargos comissionados. No Distrito Federal, há cargo comissionado cujo salário é menor que o salário mínimo – tem de ser complementado. Tudo aquilo que é abaixo do salário mínimo deve ser recomposto, pois a lei não permite que se pague salário abaixo de um salário mínimo. Aí fica um complemento. No contracheque do servidor aparece um salário menor que o salário mínimo e isso traz dificuldade para a obtenção de crédito. Portanto, acho que essa seria uma correção importante de se fazer. A repercussão financeira é zero; porém, a autoestima do servidor crescerá muito com isso.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Eliana Pedrosa. Com certeza, esse questionamento de V.Exa. corresponde aos anseios dos servidores.

DEPUTADO RÔNEY NEMER - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria só de complementar o que o Deputado Paulo Tadeu falou, como servidor público que sou.

Quero lembrar que há pleitos e pleitos. Há pleitos que efetivamente há como serem discutidos e outros, muitas vezes, inviáveis. O que é preciso? A conversa vem acontecendo. Eu participei de várias reuniões, tanto com o Governador em exercício quanto com o André Clemente, Secretário de Fazenda, e a Josélia. Quando há mudança de opinião, complica, porque há negociações. Já realizamos várias reuniões.

A Deputada Eliana Pedrosa falou do SLU. Está ali o Denival da ASLU. Já tivemos algumas vezes... Aceita-se a tabela, depois vamos verificar com a base e não é aquilo que ela quer, ela quer que mude. Acho que faz parte do exercício mesmo.

Agora, o que não podemos é levantar a hipótese de não aprovar aumento para servidor. Há políticos fazendo discurso de que há formas diferentes de corrupção. Uma delas seria o desvio de recursos e a outra, conceder aumento sem necessidade – conceder aumento a servidor público neste momento não seria necessário.

Desculpem-me, mas discordo disso. Sempre a culpa cai no servidor público. Quem carrega o Estado, quem faz tudo para que ele se desenvolva é o servidor



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 03 2010	10h35min	7ª SESSÃO EXTRAODINÁRIA	16

público. Temos de ter respeito. Temos de efetivamente valorizar todos os servidores e, principalmente, cumprir todos os acordos de que esta Casa participou no ano passado quanto a aumento para os servidores.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Rôney Nemer.

Com certeza, amanhã, esta Casa fará o seu papel, aprovando os reajustes tanto em primeiro como em segundo turnos. Para isso, contamos com a presença de todos os Deputados na sessão ordinária de amanhã.

Em votação a PELO nº 40 de 2010.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando a proposta; os que votarem “não” estarão rejeitando-a.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 03 2010	10h35min	7ª SESSÃO EXTRAODINÁRIA	17

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis. Houve 6 ausências.

Está aprovada a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 40, de 2010, em segundo turno.

A matéria segue a tramitação regimental e vai à redação final para sua promulgação.

Concedo a palavra ao Deputado Aguinaldo de Jesus para declaração de voto.

DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a dispensa do interstício para dar a ata por lida e aprovada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputado Aguinaldo de Jesus, tenho que indeferir o seu pedido porque, em decisão anterior, já foi deferido que a matéria tem que ir à redação final, realmente, à promulgação por esta Casa Legislativa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, justifico que meu colega de partido, Deputado Dr. Charles, não se encontra nesta votação porque está em audiência com o Governador e os servidores da Saúde discutindo um pleito relacionado à Saúde.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputado Cristiano Araújo, está justificada a ausência do Deputado Dr. Charles.

DEPUTADO RAAD MASSOUH - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que tivéssemos incluído na discussão um assunto que acho que pode ser algo muito importante neste momento.

No meu entender e no entender de alguns Deputados com quem já conversamos, nós nos sentaríamos para discutir se é possível ou não – não estou dizendo que deva ser ou não -, que a votação indireta para a escolha do novo Governador não seja, necessariamente, no dia 17. Poderíamos antecipá-la para o dia 11 para que possamos o mais rápido possível andar com esse processo e dar uma resposta para esta comunidade.

Então, se puder ser discutido este assunto, fica aqui feita a minha solicitação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 03 2010	10h35min	7ª SESSÃO EXTRAODINÁRIA	18

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputado Raad Massouh, acato a questão de ordem de V.Exa. Inclusive quero convocar uma reunião com todos os Parlamentares amanhã, às 15h, antes da sessão, para que possamos fazer a discussão. Lembro aos Deputados que, ao término da sessão, nós possamos fazer a reunião do Colégio de Líderes para se discutir a pauta de votação do dia de amanhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 11h34min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa*
nº 61-Suplemento, de 07/04/2010.